
PENIN, Sonia T. de Souza. A aula: Espaço de conhecimento, lugar de cultura. Campinas-SP : Papyrus, 1994 (Coleção Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico).

Sonia T. de Souza Penin, pedagoga, fez mestrado em Psicologia da Educação pela PUC/SP, doutorou-se em Didática e adquiriu livre docência pela Faculdade de Educação da USP. Realizou estudos de pós-doutorado na França e na Espanha. Foi professora e coordenadora de 1º e 2º graus, trabalhou na Secretaria de Educação do município de São Paulo e foi presidente da Associação Nacional de Educação (ANDES). Atualmente, é professora da Faculdade de Educação da USP.

O livro, de que nos ocupamos, decorre de pesquisa que a autora realizou em 1990, numa das quatro escolas incluídas noutra estado, de 1980, que deu origem à sua tese de doutorado. À época, em 1980, a autora encontrou numa das escolas pesquisadas “práticas criativas de critérios de promoção dos alunos, assim como de organização de turmas e séries, inaugurando no seu âmbito, sem que tal situação já tivesse sido empregada em outro lugar, o que posteriormente veio a se chamar ciclo básico”. (p.19). Esse o motivo do interesse em voltar a ela e realizar estudos sobre as mediações do conhecimento do professor sobre o ensino.

No seu trabalho, a autora centrou a pesquisa em um professor, investigando a história de sua atividade profissional, a sua prática docente e as circunstâncias em que ela ocorre. Para coleta de dados, informa, adotou a metodologia denominada observação participante e esclarece: três observadores se revezaram durante 90 horas, num período de cerca de 6 meses, para coletar os dados do que ocorria em sala de aula. Não participaram de forma ativa na dinâmica da sala de aula, mas percorriam as carteiras para verificar como os alunos estavam trabalhando. Em cinco oportunidades, as aulas foram gravadas em vídeo. Além disso, ouviram quatro alunos e as mães desses mesmos alunos.

O tema central do estudo foi identificar algumas das mediações presentes no processo de construção do conhecimento do professor sobre o ensino.

O livro possui introdução, quatro capítulos e uma conclusão que a autora intitulou de Conclusão-Inconclusa.

No capítulo 1, a autora apresenta diversas posições a respeito de saber cultural e do conhecimento sistematizado. Em seguida, teoriza de como o saber cultural, o saber sistematizado e uma “cultura escolar” se relacionam e como esses elementos, aliados à vivência da professora, acabam por construir suas representações que

podem, pela reflexão crítica e rigorosa, levar ao conhecimento sobre o ensino. Para isso, Penin confronta saber cultural e conhecimento: termo este reservado para o saber institucionalizado e aceito como válido, porque foi formulado com bases nos critérios científicos ou racionais e, aquele, o cultural, que nasce na prática e não alcança os limites de cientificidade exigidos pela epistemologia. Esses saberes e o conhecimento especializado vão, na escola, constituir a “cultura escolar”, que contém elementos de um ideário pedagógico e das disciplinas escolares, mais uma constelação de saberes ou práticas discursivas dos fenômenos que dizem respeito à escola. Tais saberes, aliados à vivência do professor, formam suas representações. Nesse capítulo, a autora fundamenta-se largamente nos trabalhos de H. Lefebvre, bem assim de Vygotsky e Bakhtin.

Nos capítulos 2 e 3, descreve a escola Beta (nome fictício) em seus aspectos gerais, bem assim a forma de escolha da professora-sujeito da pesquisa, e de alguns dos participantes da classe, uma segunda série do ciclo básico.

No capítulo 4, a autora apresenta e examina as características básicas das aulas na classe. É, nas palavras da autora, o capítulo axial deste estudo”, pois é nele que reúne os elementos para analisar a questão central a que se propôs, isto é, a construção do conhecimento da professora resulta de uma unidade dialética de representações sociais e suas interações (vivências) com os alunos. Sobre ser o capítulo mais longo, é este o mais rico em citações das objetivações e das falas dos participantes da pesquisa, em trabalho de microanálise (episódios).

Na conclusão, que a autora chamou de Conclusão inconclusa, formula duas idéias sintetizadoras da análise desenvolvida ao longo dos trabalhos. E esclarece, o qualificativo **inconclusa**, tem aqui o sentido de que as formulações apresentadas se referem ao atual movimento da análise e que não devem, porque resultado de uma pesquisa, ser recebidas como verdades, ainda que sejam verdadeiras”(p.20).

Uma das idéias sintetizadoras permeia todo o seu trabalho: o processo de construção do conhecimento do professor sobre o ensino se dá no espaço que ele estabelece com os seus interlocutores, presentes ou ausentes. Assimila concepções já postas sobre o ensino, sistematizadas ou apenas formuladas no saber cotidiano, e vive o ensino. Assim se formam suas representações, podendo passar da análise crítica e reflexão, ao conhecimento aceito como verdadeiro pela epistemologia.

A outra idéia é que os organizadores de currículos e os professores dos cursos de pedagogia e das demais licenciaturas questionem a sobrevalorização dos conhecimentos científicos e valorizem a vivência de cada aprendiz. São suas palavras textuais. “Refiro-me à necessidade de uma proposta de formação docente incluir, por um lado, o questionário da sobrevalorização dos conhecimentos ditos científicos, e, por outro, a valorização da **vivência** de cada apren-

diz, assim como do seu **vivido** resultado do pensamento que cada um já constituiu a respeito da vivência) examinando ambos com cuidado.”(p.172).

O livro de Penin inscreve-se no que se chama estudo da vida cotidiana e que tem sido utilizado na história, na sociologia, na antropologia. Trata-se de microanálises, onde a idéia é substituir as grandes visões teóricas por aprofundamentos em aspectos muito específicos para que, a partir daí, encontrando elementos que a justifiquem, proceder uma reorganização do campo teórico total.

Na verdade, a despeito do que afirma a autora, a mesma não fez o que se denomina “observação participativa”. Não é o momento, nem o local apropriado para demonstrar que 90 horas de convivência, somados os trabalhos de três observadores, não chegam a caracterizar uma situação como “participativa”. Metodologicamente não passou de observação não direcionada.

O estudo da vida cotidiana dentro da escola é importante, sobretudo para a história da educação, por fazer os registros necessários de forma a permitir análises comparativas no futuro. Dada a insuficiência desses estudos, o historiador, hoje, tem que recorrer aos memorialistas para entender o plano do real ou limitar-se a examinar os documentos legais e normativos e permanecer apenas no campo das intenções proclamadas. Para uma ciência da educação tem também importância, na medida em que permite extrair conclusões mais amplas de maneira a alterar a visão teórica.

Uma das críticas que tais microanálises da vida cotidiana recebem é o fato de serem pouco rigorosas e formularem afirmações dificilmente verificáveis. Além disso, as resultantes são frutos das interpretações que o pesquisador dá ou retira dos episódios. Isso porque, se mergulha no cotidiano sem uma visão teórica prévia, corre o risco de nada encontrar e acaba por coletar um vasto manancial de dados sem nenhuma utilidade; se atende o requisito, acaba por forjar, às vezes, de maneira mais ou menos inconsciente, o que julga ser a verdade.

Penin faz, na verdade, uma observação aberta (porque não limitada), das falas de todos os protagonistas e antagonistas desse espaço especial que é a escola. As falas, as objetivações que a professora encontrou na professora e partners (colegas, pais, alunos, etc.), da segunda série do ciclo básico da escola Beta, são as mesmas contradições em todas as escolas, em quase todos que, de alguma forma, se ligam ao universo escolar. A professora Penin, certamente, pela sua experiência, sabe disso. Não creio que tenha ouvido novidades. Ao longo de meus quase quarenta anos de atividades docentes e de orientação de professores, sempre as encontrei. As mesmas falas, (além de outras), mas sempre na mesma linha de representação, o que parece significar que a “cultura escolar” tem um peso maior que a autora lhe atribuiu na constituição das representações dos professores. E essas representações extrapolam os muros da escola e vão influenciar as representações dos pais e alunos.

No fundo, o que Penin encontrou com sua pesquisa, foi a **doxa**, ou senso comum, que permeia a vida de todos os indivíduos. “A **doxa** pode ser descrita como um sistema de crenças tais que, quem as possui nada mais deseja, e pensa, graças a ela, que atinge necessariamente a satisfação em todos os domínios: êxito na ação, felicidade na alma e justeza no julgamento. Por si, a **doxa** é certeza que não sonha sequer em confrontar com outra “visão do mundo”: se o homem da **doxa** fala, é para **dizer** e não para discutir” (François CHATELET. **Logos e Praxis**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, p. 89).

Azanha, num bem lançado texto, trata da questão dos estudos da vida cotidiana. Julga-os importantes, dentro de determinados parâmetros, mas não deixa de fazer um alerta: “... o estudo do cotidiano só será interessante se for possível partir dele para um esforço de constituição de uma ciência do homem. Sem essa possibilidade, o estudo do cotidiano não superará o registro de trivialidades. A não compreensão deste ponto tem sido responsável por uma verdadeira banalização do estudo do tema, como se o simples fato de registrar o dia-a-dia fosse, em si mesmo, algo cientificamente importante. O resultado desse equívoco - que não obstante vai dando origem a um modismo - tem sido uma plethora de investigações trazendo um aluvião de informações, vazadas num jargão pseudocientífico, descrevendo banalidades do dia-a-dia e se esgotando nisso” (J.M.P.AZANHA. **Uma Idéia de Pesquisa Educacional**. São Paulo, EDUSP, 1992).

A professora Penin parece acreditar que se possa fazer passar da **doxa** à **episteme** por um passe de mágica, e essa, no fundo, é sua preocupação quando propõe o questionamento das ciências da educação e a valorização do vivido, apesar da ressalva “examinando ambos com cuidado” (p. 172), nos cursos de formação pedagógica.

Indubitável que se deva questionar o conhecimento sistematizado e não tem sido outra a visão que nos dá a história das ciências e, muitas vezes, com o auxílio do vivido. Mas a intenção de valorizar o vivido, o vivido de aprendizes com pouca ou nenhuma vivência (o que é o caso da maioria dos alunos de magistério em qualquer nível), leva a prestigiar a erudição fácil do verbalismo, do “eu acho”, dos palpites, bem ao gosto dos que não querem ou não gostam, de se debruçar sobre o que já foi dito, no caminho penoso, sem atalhos, do conhecimento. Não é por outra razão, senão pela banalização de um saber pedagógico, sem bases científicas ou racionais, que todos palpitam na seara educacional como se fosse “terra de ninguém”. Por isso, a autora encontrou mães de alunos “ensinando” como a professora deve agir. Por isso vemos, quase diariamente, nos meios de comunicação, profissionais de outras áreas.

Wlademir dos Santos
(Departamento de Educação)